



EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CEGOS NO MARANHÃO: construção histórica e práticas pedagógicas contemporâneas

ANA PAULA SOARES LOPES¹

FELIPE GUSTAVO COSTA DA CRUZ²

MARIANA EULÁLIA TELES DA SILVA³

SOFIA HELENA REGO LOPES⁴

ROSANA MENDES ELERES DE FIGUEIREDO⁵

Resumo

O presente artigo procura analisar a trajetória da educação inclusiva no Maranhão, tomando como referência a atuação da Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA), localizada em São Luís, que se destaca por suas práticas pedagógicas inclusivas voltadas à convivência e à aprendizagem conjunta de alunos com e sem cegueira. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico com o intuito de apresentar as construções históricas que marcaram o desenvolvimento desse modelo educacional nos contextos nacional e estadual, assim como apontar práticas pedagógicas contemporâneas que favoreçam a participação de alunos cegos e com baixa visão nos processos de aprendizagem. Com isso, espera-se fortalecer o debate em torno das potencialidades que emergem da perspectiva inclusiva no campo educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Práticas pedagógicas. Deficiência visual.

Abstract

This article aims to analyze the trajectory of inclusive education in Maranhão, referencing the work of the Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA), located in São Luís, which stands out for its inclusive pedagogical practices aimed at fostering coexistence and joint learning among students with and without visual impairments. To achieve this, a bibliographic survey was conducted with the intent of

¹ UFMA. Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ana.paula9@discente.ufma.br

² UFMA. Graduando do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: felipe.gustavo@discente.ufma.br

³ UFMA. Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. Email: mariana.eulalia@discente.ufma.br

⁴ UFMA. Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: sofiahlopesr@gmail.com

⁵ UFMA. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (NTPC/UFPA). Atualmente é docente do departamento de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: rosana.eleres@ufma.br



presenting the historical developments that have marked the evolution of this educational model in both national and state contexts, as well as highlighting contemporary pedagogical practices that favor the participation of blind students in the learning processes. It is hoped that this will strengthen the debate around the potentialities that emerge from the inclusive perspective in the educational field.

Keywords: Inclusive education. Pedagogical practices. Visual impairment.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da educação inclusiva no Maranhão a partir da atuação da Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA), na perspectiva de compreender potencialidades e desafios para o fortalecimento de práticas inclusivas no contexto educacional estadual. A ESCEMA constitui uma das principais referências no atendimento educacional de pessoas com cegueira no estado, oferecendo alfabetização em Braille, e modalidade de permanência integral e parcial.

Com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996, as discussões relacionadas ao processo de inclusão se tornaram mais relevantes, tornando os desafios para esse processo ainda mais evidentes, mostrando suas complexidades, pois envolve fatores estruturais, pedagógicos, culturais e de gestão, que precisam ser trabalhados.

Nesse contexto, torna-se essencial acompanhar e analisar as políticas públicas voltadas à educação inclusiva. Conforme Souza (2006), a política pública é compreendida como uma área de conhecimento que visa tanto a implementação das ações governamentais quanto a análise científica dessas ações e das omissões do governo. Essa área se ramifica da ciência política e conta com uma interdisciplinaridade, incluindo o Direito, Serviço Social, Sociologia, Geografia, Psicologia entre outras áreas de conhecimento.

Portanto, é importante avaliar de que maneira as políticas públicas, embora formalizadas nos marcos legais, são efetivamente traduzidas em práticas institucionais que promovam a inclusão escolar de forma ampla e equitativa.

PROMOÇÃO



APOIO





Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de levantamento bibliográfico (Gil *et al.*, 2002). O texto está organizado além desta introdução e das considerações finais, em três seções: a primeira aborda a historiografia da educação inclusiva no Brasil e a segunda apresenta a historiografia da educação inclusiva no contexto maranhense. Já a terceira discute as possibilidades de atuação em educação inclusiva.

2 HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços e retrocessos que refletem as transformações sociais, políticas e culturais do país. O conceito de inclusão, tal como compreendido atualmente, é resultado de um longo processo histórico que deslocou a perspectiva da exclusão e segregação para uma proposta que busca garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes no ambiente escolar comum.

Durante o século XIX e início do século XX, as pessoas com deficiência no Brasil eram, em grande parte, invisibilizadas socialmente e tratadas como incapazes de participar da vida social e educacional. As primeiras iniciativas educacionais destinadas a esse público surgiram de forma isolada e com forte influência de modelos assistencialistas e médicos. Um marco importante foi a criação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, e, em 1857, do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (Mantoan, 2003).

Essas instituições, no entanto, funcionavam de forma segregada e reforçavam a ideia de que as pessoas com deficiência deveriam ser educadas em espaços separados, conforme os paradigmas da educação especial vigentes até meados do século XX. Essa concepção permaneceu forte durante décadas, sustentada por uma visão que associava deficiência à anormalidade e à incapacidade de convivência no espaço social comum (Stainback; Stainback, 1999).



Somente a partir das últimas décadas do século XX, especialmente com o advento da Constituição Federal de 1988, começou-se a consolidar, no Brasil, uma nova compreensão sobre os direitos das pessoas com deficiência. O artigo 205 da Constituição afirma que a educação é um direito de todos e dever do Estado, sinalizando para uma mudança significativa nas políticas públicas voltadas para a inclusão (Brasil, 1988).

Nos anos 1990, influenciado por movimentos internacionais, como a Declaração de Salamanca, publicada em 1994 pela UNESCO, o Brasil passou a adotar formalmente o discurso da educação inclusiva. Essa declaração defende que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (UNESCO, 1994). O impacto da Declaração de Salamanca foi decisivo para orientar legislações e práticas educacionais no país, culminando na elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 (Brasil, 2008).

Segundo Mantoan (2006), a política educacional brasileira começou a deslocar-se da ideia de educação especial como um sistema paralelo para compreender a inclusão como princípio organizador da escola comum. A autora argumenta que a inclusão não significa apenas o acesso físico dos alunos com deficiência às escolas regulares, mas principalmente o reconhecimento da diversidade como um valor fundamental para o processo educativo.

Outro marco relevante foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), sancionada em 2015. A legislação reforçou a obrigação das escolas regulares de promoverem condições adequadas para a plena participação dos estudantes com deficiência, incluindo a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas (Brasil, 2015).

Além das conquistas legislativas, a historiografia da educação inclusiva no Brasil evidencia que o desafio da implementação efetiva das políticas ainda persiste. Pesquisas apontam que, embora haja avanços no acesso, a permanência e a



qualidade da aprendizagem ainda são pontos críticos. O despreparo de parte dos professores, a falta de recursos didáticos adaptados e as barreiras atitudinais continuam dificultando a efetivação da inclusão (Carvalho, 2004).

Mantoan (2003) destaca que a inclusão escolar exige uma profunda transformação nas concepções pedagógicas, o que implica romper com o modelo tradicional, hierarquizado e excludente da escola. A autora defende que a construção de uma escola inclusiva não se limita a adaptações curriculares, mas requer a promoção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças.

Portanto, a historiografia da educação inclusiva no Brasil revela um percurso de lutas por reconhecimento e direitos, apontando para a necessidade de superar práticas assistencialistas e segregadoras ainda presentes no cotidiano escolar. O avanço das políticas públicas e das legislações representa um passo importante, mas a concretização da educação inclusiva depende da mudança de mentalidades e da construção de práticas pedagógicas verdadeiramente democráticas e participativas.

2.1 A Escola de Cegos do Maranhão e a educação inclusiva Estadual

A trajetória da educação especial no Maranhão se entrelaça com o próprio desenvolvimento histórico da educação no estado, apresentando peculiaridades que refletem tanto o contexto nacional quanto às especificidades regionais. Conforme exposto por Carvalho e Bonfim (2016), a institucionalização da educação especial no Maranhão remonta às décadas de 1960 e 1970, quando, alinhada às políticas educacionais brasileiras, emergiram as primeiras iniciativas voltadas para o atendimento de alunos com deficiências, especialmente nas áreas de deficiência visual, auditiva e intelectual.

Além disso, no Maranhão, a educação especial esteve fortemente associada ao trabalho de instituições privadas e filantrópicas, como a Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

PROMOÇÃO



APOIO





É apenas com o Projeto Plêiade, instituído em 1969, que se marca o início formal da educação especial na rede pública, com a criação de classes especiais, a ampliação dos serviços para o interior do estado nas décadas seguintes e o subsídio a algumas demandas econômicas da rede privada, como a remuneração de profissionais, a cessão de professores especializados, o fornecimento de material escolar e, principalmente, a oferta de orientação técnico-pedagógica quando solicitado (Carvalho; Bonfim, 2016; Fraga, 2013).

Essa parceria entre o setor público e privado é uma característica que permaneceu ao longo das décadas, evidenciando um cenário em que o estado compartilhava responsabilidades e recursos com entidades não governamentais (Fraga, 2013). Nesse contexto, nos anos 1970, políticas como o *Plano Estadual de Educação* já indicavam metas quantitativas de ampliação das matrículas na educação especial, refletindo o esforço de integrar esse público ao sistema educacional, atendendo suas demandas pessoais, com o objetivo de desenvolver suas competências e integração ao convívio escolar e profissional do alunos (Carvalho; Bonfim, 2016).

Contudo, Fraga (2013) expõe que, diferente do que estava previsto nas legislações e nas propostas de parceria entre o poder público e a rede privada, os investimentos destinados às instituições filantrópicas não supriam as reais demandas dessas organizações. A ESCEMA, por exemplo, mesmo recebendo apoio governamental pontual, enfrentava dificuldades estruturais e financeiras que comprometiam o atendimento oferecido aos alunos. Essa insuficiência de recursos revela uma distância entre o discurso oficial de apoio à educação especial e as condições concretas enfrentadas pelas instituições que, como a ESCEMA, representavam parte significativa do atendimento de pessoas cegas no Maranhão.

Por outro lado, mesmo diante das dificuldades que marcaram sua trajetória, a ESCEMA manteve-se em funcionamento e consolidou-se como um espaço fundamental na história da educação especial no Estado (Fraga, 2013). Desde sua fundação, em 1964, a escola assumiu o compromisso de promover o



desenvolvimento integral de pessoas com cegueira e baixa visão, assegurando-lhes o acesso à escolarização, à convivência social e à inserção no mundo do trabalho (Carvalho; Bonfim, 2016). Em consonância, um aspecto notável da escola foi, e continua sendo, sua abertura a alunos videntes, o que contribuiu para favorecer a integração social no ambiente escolar e foi resultado de uma decisão autônoma da instituição, não vinculada às diretrizes do Ministério da Educação (Fraga, 2013).

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS NA ESCEMA

No intuito de apresentar possibilidades para o processo educacional sob a perspectiva inclusiva voltada a alunos com cegueira e baixa visão, especialmente no que se refere ao fortalecimento de sua autonomia e protagonismo, foram selecionadas algumas experiências ligadas a projetos e práticas psicopedagógicas, já desenvolvidas ou em andamento no contexto da ESCEMA, reconhecendo-a como uma referência nesse campo no Maranhão. Essa seleção priorizou materiais apresentados em formatos como artigos, teses e projetos, que descrevem práticas realizadas por acadêmicos e profissionais das áreas de Psicologia e Pedagogia que tiveram passagem por esta instituição ou trabalham nela.

A análise considerou uma descrição geral das atividades, organizadas cronologicamente com base em sua execução, da qual foram extraídas as informações mais relevantes diretamente dos textos originais. Ressalta-se que o intervalo temporal em que as ações foram desenvolvidas (2016 a 2025) evidencia um movimento contínuo de fortalecimento das práticas voltadas à participação de alunos cegos e com baixa visão nos processos de aprendizagem. Com isso, a intenção é apresentar, de maneira concisa, o percurso metodológico dessas iniciativas, destacando possibilidades criativas e eficazes de inclusão no contexto educacional de pessoas cegas.

A primeira iniciativa destacada se refere à tese de doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento defendida por Figueiredo (2018), docente do

PROMOÇÃO



APOIO





departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e supervisora do Estágio em Psicologia Escolar e Educacional realizado na ESCEMA. De 2016 a 2017, a autora desenvolveu, na referida escola, procedimentos pedagógicos voltados à apropriação da leitura e de conceitos matemáticos por parte de alunos cegos, utilizando para isso numerais e seus respectivos nomes confeccionados em E.V.A., além do uso do Alfabeto Romano em alto-relevo. A proposta defende o avanço no ensino da matemática por meio do desenvolvimento de tecnologias alternativas à simbologia do Braille, sugerindo que tais recursos podem ser eficazes tanto para pessoas cegas quanto para pessoas com visão normotípica. Essa abordagem permitiu o acesso de estudantes cegos aos conteúdos matemáticos, contribuindo para a redução das desvantagens enfrentadas por eles no ambiente escolar.

A segunda ação, desenvolvida por Mesquita e Figueiredo (no prelo), consistiu na criação do *podcast* “*Sala Inclusiva*”, executado de 2020 a 2023, com o objetivo de apoiar a educação e fortalecer o protagonismo dos estudantes cegos e com baixa visão da ESCEMA. Os alunos participaram como entrevistados, abordando temas como acessibilidade, políticas públicas inclusivas, papel das redes de apoio, vivências escolares e perspectivas de futuro. Os episódios foram publicados em plataformas como *Spotify*, *Anchor*, *Amazon Music*, *YouTube* e *Instagram*, e divulgados em salas de aula e na TV universitária da UFMA. A iniciativa demonstrou que o *podcast* é uma ferramenta eficaz para promover autonomia, criatividade e o desenvolvimento pessoal desses estudantes.

Entre as iniciativas atualmente em curso, iniciadas em 2025, destaca-se o projeto “*Conhecendo com as Mãos*”, desenvolvido pela Coordenação Pedagógica da ESCEMA. A iniciativa tem como propósito fomentar a leitura e a escrita em Braille, bem como promover reflexões sobre os direitos das pessoas com deficiência. Para isso, propõe a realização de atividades inclusivas com a participação de alunos videntes e não videntes, tais como dinâmicas sensoriais com vendas nos olhos, apresentações do alfabeto em Braille, discussões sobre a LBI, oficinas de escrita



com reglete e punção, além da produção de livros táteis. Com término previsto para setembro de 2025, o projeto visa fortalecer a cultura da inclusão e o respeito à diversidade no ambiente escolar.

Igualmente em desenvolvimento, o projeto de extensão coordenado por Figueiredo (2025), docente do departamento de Psicologia da UFMA, tem como foco o desenvolvimento de habilidades e competências comportamentais em alunos com cegueira e baixa visão da ESCEMA. A ação visa responder a uma demanda social relevante: o ensino da escrita cursiva em tinta a pessoas cegas, tendo em vista que, no Brasil, a assinatura de documentos requer essa forma de letramento, enquanto a maioria desse público possui domínio apenas do Sistema Braille. O projeto busca, assim, estabelecer um método seguro e eficaz que favoreça a aprendizagem da escrita manual do próprio nome, com a possibilidade de generalização para outras palavras e contextos. Com previsão de término em 2026, pretende qualificar práticas pedagógicas inclusivas e contribuir para a ampliação das possibilidades de expressão e autonomia de pessoas com cegueira e baixa visão nos diferentes contextos escolares.

4 CONCLUSÃO

Este artigo analisou a trajetória da educação inclusiva no Maranhão, a partir da atuação da Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA), destacando aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil e mais especificamente, no contexto maranhense. Além disso apresentou práticas pedagógicas realizadas na instituição que visam promover a participação de alunos com cegueira e baixa visão no processo de aprendizagem, bem como a sensibilização de alunos videntes em relação a realidade vivenciada por seus colegas cegos e com baixa visão.

No entanto, também ficou evidente que os desafios para a consolidação de uma educação inclusiva plena ainda são significativos. A carência de apoio governamental contínuo, a limitação de recursos financeiros e materiais e a



necessidade de formação permanente para os profissionais da educação são obstáculos recorrentes. Nesse sentido, é importante ressaltar a necessidade de políticas públicas que priorizem o investimento consistente em infraestrutura, tecnologia e formação docente, de modo a enfrentar as dificuldades estruturais e financeiras que historicamente comprometem a qualidade do atendimento educacional oferecido aos alunos com deficiência.

Desse modo, compreende-se a necessidade de ampliação desta discussão, com vista à participação efetiva de pessoas cegas e com baixa visão no processo educativo. Para tanto, é fundamental que novas pesquisas dialoguem com instituições como a ESCEMA, valorizando suas experiências e contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas.

PROMOÇÃO



APOIO





REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, 23 dez. 1996. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa; BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **A Educação Especial no Maranhão: apontamentos históricos**. Cad. Pes., v. 23. São Luís, 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Inclusão: a educação do aluno com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO (ESCEMA). **Conhecendo com as mãos**. Desenvolvido pela Coordenação Pedagógica. São Luís: ESCEMA, 2025. (Projeto pedagógico).

FIGUEIREDO, R. M. E. **Emergência das Relações de Equivalência de Numerais Arábicos em Cegos: Braille, E.V.A. e Alfabeto Romano em Relevo**. Tese (Doutorado), Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FIGUEIREDO, R. M. E. **Desenvolvimento de habilidades e competências comportamentais junto a alunos com deficiência visual**. Projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2025.

FRAGA, Lissandra Mendes. **A escola de cegos na historiografia da educação especial maranhense**. 2013.

GIL, Antônio Carlos *et al.* Como classificar as pesquisas? *In: Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação inclusiva: em construção.** Revista Pátio, Porto Alegre, n. 10, p. 8-11, 2006.

MESQUITA, Allisson Pereira de Sousa de; FIGUEIREDO, Rosana Mendes Éleres de. O uso de podcast com alunos cegos como ferramenta educacional e inclusiva: um relato de experiência. **Revista Inclusão & Sociedade**, no prelo.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

PROMOÇÃO



APOIO

